



SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

CNPJ: 06.079.533/0001-97

SCS Qd. 6, Bl. A, Ed. Presidente, Sala 409, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70327-900

Rua das Paineiras, 25, Bairro Jardim, Santo André/SP – CEP 09070-220

solar@solarconsultoria.com

www.solarconsultoria.com.br

Contrato 09/SMADS/13

Objeto:

ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Cliente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMADS.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – COMAS.

Produto:

RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS CIDADE TIRADENTES



SUAS

Sistema Único de Assistência Social

Junho/2013

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	3
2. Plenária de Abertura	4
3. Resultado do Credenciamento	10
4. Relatório por eixo	11
4.1. Eixo I	11
4.2. Eixo II	13
4.3. Eixo III	14
4.4. Eixo IV	15
4.5. Eixo V	16
4.6. Eixo VI	18
5. Plenária Final	21
6. Delegados	24
7. Avaliação da Pré Conferência	25
Anexos	32
Anexo 1 - apresentação de slides SAS CIDADE TIRADENTES	32
Anexo 2 - palestra ministrada por Maria do Rosário da Costa Ferreira	33
Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado	37
Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado.....	39
Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado.....	40
Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado	42
Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado	44
Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado	45
Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes.....	46

SOLAR FORMAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO LTDA – EPP

Objeto: ASSESSORIA, METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO DOS EVENTOS DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS E DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PRODUTO – RELATÓRIO PRÉ-CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS CIDADE TIRADENTES

1. Apresentação

O presente produto apresentará a síntese dos trabalhos desenvolvidos na etapa da Pré-Conferência Regional da Cidade Tiradentes, realizada no dia 27 de junho de 2013, no Centro de Formação Cultural de Cidade Tiradentes, localizado à Av. Inácio Monteiro, 6900 - Cidade Tiradentes.

A Comissão Regional havia estipulado a presença de 200 participantes e a meta foi cumprida. Porém, dado a configuração dos espaços os grupos ficaram com um número bem diferente de pessoas e o grupo que utilizou o espaço da plenária para os trabalhos de discussão do eixo ficou com uma quantidade de participantes superior aos demais.

Segue o relato do dia.

2. Plenária de Abertura

A Pré-conferência Municipal Regional em Cidade Tiradentes teve o início da mesa de abertura as 10:18hs.

O coordenador do Centro de Formação Cultural, Guilherme de Cerqueira César, apresentou o espaço da pré-conferência e a mesa foi composta as 10:25hs.

A Sra. Luiza Gabriella Dias de Araújo, Supervisora de Assistência Social das SAS Cidade Tiradentes, falou sobre a importância daquele espaço e apresentou os integrantes da mesa.

Após o hino, Sra. Sanderli Aparecida de Brito, representando a subprefeitura da Cidade Tiradentes falou da necessidade de articulação entre os diferentes espaços para que fosse possíveis a aclamação de direitos e a validação do interesse público e coletivo sobre os interesses da minoria.

A supervisora de Saúde Sra. Marta Pozzani Calixto de Jesus agradeceu o convite para participar da Conferência e comentou a proximidade das áreas de saúde com a assistência social.

Sr. Samuel Filho, Coordenador de Educação de Guaianases, falou sobre o movimento das ruas, da multidão nas ruas, falou também, do embaraço das autoridades para tentar explicar o movimento, do receio das autoridades, em relação ao sentimento nacionalista, e por fim, falou da importância do desejo do povo e da necessidade dos governantes de expressar o desejo do povo.

Sra. Rosângela de Oliveira, do Fórum da Criança e do Adolescente e representante da Rede de Assistência Social, falou da importância de todos os participantes da pré-conferência, estarem atentos aos temas que seriam discutidos no dia.

Sr. Edvaldo Ferreira dos Santos, do Conselho Municipal do Idoso, falou sobre o perfil demográfico do idoso em Cidade Tiradentes e de situações sociais pelos quais eles são inseridos.

O Sr. Juan Plassaras, do Fórum municipal de Assistência Social, falou da Conferência como espaço deliberativo, que permite decisões de políticas públicas de Assistência Social.

A Sra. Cátia Regina dos Santos, do Conselho Tutelar de Cidade Tiradentes, falou sobre a importância do Conselho Tutelar participar da conferência.

O Sr. André Lucia, morador da cidade Tiradentes há 20 anos, falou da importância da luta para conquistar e garantir os direitos sociais.

E, por fim, a Sra. Débora Cristina, falou que não seria possível acontecer a pré-conferência sem o envolvimento de todos, e agradeceu a comissão regional. Disse ainda de sua satisfação de ver o auditório cheio, e mostrou preocupação em consolidar o SUAS na Cidade Tiradentes.

A apresentação da SAS Cidade Tiradentes encontra-se no Anexo 1 desse relatório.

Houve a apresentação cultural do grupo "DA CASA".

E após, as 11:15 h foi feita a leitura do Regimento Interno.

A plenária votou a favor do adiamento do horário do fim do credenciamento para até às 12:00hs.

Foi solicitado destaque para o artigo 17º. E a mesa solicitou esclarecimento sobre a quantidade de delegados que seriam eleitos. Após o esclarecimento, a plenária propôs que a inclusão da divisão de delegados eleitos fosse proporcional ao número de pessoas presente por segmento. A plenária decidiu então, pela alteração do texto do regimento interno.

Foi solicitado destaque do inciso 4º da representação do poder público.

A plenária propôs que o poder público fosse representado por 1/3 do total dos representantes presentes para a delegação eleita. A plenária contrapropôs que se mantivesse a paridade de representantes do poder público e da sociedade civil, como não houve número suficiente de representantes do poder público, este número foi preenchido por membros da sociedade civil. A plenária votou pela não paridade entre poder público e sociedade civil, com menor representatividade do poder público.

O Regimento e programação aprovados é o que segue.

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TEMA: “A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS.”

MINUTA DO REGIMENTO INTERNO DAS 31 PRÉ-CONFERÊNCIAS – X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO

CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Pré-Conferência terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução 663/COMAS/SP/2013.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Pré-Conferência será composta por:

- I – Conselheiro do COMAS
- II – Dois Coordenadores (Comissão Regional)
- III - Um Mediador - Indicado pelo COMAS/SP;
- IV– Um representante da CAS e/ou SAS;
- V- Um representante da Sociedade Civil e
- VI – Autoridade(s) presente(s) na Pré-Conferência

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do mediador, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

- Dar início aos trabalhos;
- Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário e
- Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

- Assegurar a realização da Pré-Conferência observando o Regimento Interno e;

-Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

Art. 4º - A Comissão Organizadora Regional constituída em foro paritário composta por 03 (três) representantes do Poder Público e 03 (três) representantes da Sociedade Civil homologados pelo COMAS/SP através de Comunicado, após a realização de Assembleias nas 31 Regiões.

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando a paridade.

Art. 5º - São participantes da Pré-Conferência:

- * Conselheiros Municipais de Assistência Social;
- * Representantes do Poder Público;
- * Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;
- * Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;
- * Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;
- * Autoridades convidadas e presentes
- * Convidados e Observadores.

Parágrafo Único - Os participantes da Pré-Conferência deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos, mediante apresentação de documento com foto.

Art. 6º - Na Pré-Conferência, o credenciamento será presencial, realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Inscrição para Delegados, com a escolha referente ao Eixo temático até o limite de vagas.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que a Ficha de Inscrição para Delegados deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do Plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da X Conferência Municipal de Assistência Social, o participante que não devolver a ficha de Credenciamento de Delegados.

CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Pré-Conferência terá como tema “**A Gestão e o Financiamento na Efetivação do SUAS**”, e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS/SP.

§2º - Os grupos temáticos da Pré-Conferência deverão deliberar quanto às metas em nível municipal, relativas ao tema e seus respectivos eixos estabelecidos pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS para a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 8º - A Pré-Conferência terá a seguinte programação:

- 09h00 – Início do credenciamento
- 09h15 – Solenidade de abertura; Hino Nacional; Saudação das autoridades presentes; apresentação da Supervisão local;
- 09h45 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Pré-Conferência;
- 12h00 – Encerramento do credenciamento dos participantes
- 10h00 – Palestra e debate
- 11h00 – Trabalho dos grupos por eixos temáticos
- 13h00 – Intervalo para almoço;
- 14h00 – Conclusão dos trabalhos dos grupos por eixos temáticos
- 15h30 – Prazo para entrega das moções;
- 15h30 – Plenário - Apresentação pelo Relator de cada grupo das propostas aprovadas nos grupos

temáticos da Pré-Conferência para aprovação pelo Plenário; apresentação e votação de moções;
17h00 – Eleição e apresentação da delegação para a X Conferência Municipal de Assistência Social;
18h00 – Encerramento

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser alterada para adequação às condições de cada região, desde que respeite a Resolução 663/COMAS/2013.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator contratados pela empresa de Relatoria e Sistematização

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I – Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;

V – Controlar o tempo

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas em áudio, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário, tendo em vista que a Assessoria de Relatoria será responsável pela gravação das discussões e deliberações da plenária.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 11 - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão deliberar em seu tema específico as propostas que serão apresentadas no Plenário da Pré-Conferência. Após a aprovação, a Assessoria de Relatoria deverá sistematizar as deliberações para subsidiar a X Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

Art. 12 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 30 (trinta) participantes.

CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13 - O Plenário Final da Pré-Conferência será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos relatores dos grupos temáticos.

Art. 14 - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

Parágrafo Único – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na X Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Organizadoras Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis após a realização da Pré-Conferência, à Comissão Organizadora Central do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e Fichas de Credenciamento, instrumentais preenchidos dos grupos temáticos, o regimento aprovado pela plenária e moções.

CAPÍTULO IV – Da Organização Regional

Art.15 - Organização Regional

I - As Comissões Organizadoras Regionais, correspondentes às 31 regiões, são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto na Resolução 663/COMAS-SP/2013.

II - As Pré-Conferências de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 regiões administrativas das subprefeituras, conforme segue: Butantã, Pinheiros, Sé, Lapa, Itaquera, Itaim Paulista, Cidade Tiradentes, São Miguel Paulista, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Maria, Pirituba, Freguesia do Ó, Casa Verde, Jaçanã, Santana, Perus, Campo Limpo, Capela do Socorro, Parelheiros, Santo Amaro, M'Boi Mirim, Cidade Ademar, Aricanduva/Vila Formosa, Ipiranga, Jabaquara, Mooca, Penha, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

Art. 16 - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados(as) das Pré-Conferências de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados(as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a IX Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS, CONSEAS e do COMAS/SP.

III - Os delegados(as) à X Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Pré-Conferências nas 31 Regiões.

IV - Os Conselheiros(as) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados(as) natos à X Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Pré-Conferências das Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Comissão Organizadora Central da X Conferência Municipal de Assistência Social ficará responsável pelas listas dos delegados(as), observadores/as, referentes à X Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional, nome, RG, CPF, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, segmento que representa, que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório.

Art. 17 - Dos critérios de escolha dos Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a X Conferência Municipal de Assistência Social

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social, garantindo o critério de 1/3 (um terço), proporcional ao número de participantes inscritos por segmento - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a X Conferência Municipal da Assistência Social será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da X Conferência Municipal da Assistência Social, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16 - Inciso IV deste Regimento.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz e voto na X Conferência Municipal da Assistência Social;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Pré-Conferência. Estes terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Pré-Conferência, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na X Conferência Municipal da Assistência Social;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a X Conferência Municipal da Assistência Social delegados nas Pré-Conferências na proporção de 1/3 do total dos presentes desse segmento. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente de uma Pré-Conferência.

§ 1º Não poderão ser transferidas vagas não preenchidas por delegados do Poder Público de uma região administrativa para outras.

§ 2º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento devidamente preenchida em todos os itens, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 3º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 4º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 5º - Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Pré-Conferência.

São Paulo, 27 de JUNHO de 2013

Comissão Organizadora Regional de CIDADE TIRADENTES

Após a aprovação do Regimento Interno foi apresentada a palestra proferida por Maria do Rosário da Costa Ferreira. (Anexo 2)

Ao final da palestra, às 13:18hs, todos foram convidados para o almoço.

3. Resultado do Credenciamento

O credenciamento teve uma contabilização prévia que determinou a divisão dos grupos nos espaços disponíveis. Após o encerramento do credenciamento, conforme regimento se procedeu à contabilização final. Os números são os que seguem.

EIXO TEMÁTICO	NÚMERO DE INSCRITOS NO EIXO (FICHAS DE CREDENCIAMENTO)	FACILITADOR(A)	RELATOR(A)
Eixo 1 – O cofinanciamento obrigatório da assistência social.	17 INSCRITOS	Mariana Barreiros	Charles Meneses
Eixo 2 – Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação.	32 INSCRITOS	Patrícia Machado	Elizangela Claro
Eixo 3 – Gestão do trabalho.	35 INSCRITOS	Adriana Fernandes	Elierge Costa
Eixo 4 – Gestão dos serviços, programas e projetos.	56 INSCRITOS	Luiz Rala	Barbara Fernandes
Eixo 5 – Gestão dos benefícios no SUAS.	32 INSCRITOS	Tiago Luna	Izabel Gazel
Eixo 6 – Regionalização.	29 INSCRITOS	André Fontes	Larissa de Araújo

Eixo	Nº de assinatura – Manhã	Nº de assinatura – Tarde
Eixo 1	17 assinaturas	17 assinaturas
Eixo 2	32 assinaturas	36 assinaturas
Eixo 3	35 assinaturas	35 assinaturas
Eixo 4	56 assinaturas	57 assinaturas
Eixo 5	32 assinaturas	33 assinaturas
Eixo 6	29 assinaturas	29 assinaturas

O resultado do credenciamento final é o que segue:

- 201 Participantes inscritos (ficha de credenciamento preenchida).
- 26 participantes do Poder Público – 25 municipais e 1 estadual.
- 165 participantes da Sociedade Civil – 33 representantes de usuários, 7 representantes de entidades/ONG, 125 representantes de trabalhadores sociais.
- 07 observadores.
- 03 convidados.

50 pessoas se candidataram a delegado. O resultado da eleição é o que segue no item 6. Desse relatório.

4. Relatório por eixo

4.1. Eixo I

Os trabalhos foram iniciados com a apresentação dos presentes, da facilitadora e do relator do grupo.

Após as apresentações, a facilitadora solicitou aos participantes que auxiliassem na leitura dos objetivos e da ementa e que fizessem os comentários, principalmente pelo fato, de que a maioria dos presentes era adolescente do CJ e precisavam de mais subsídios para a discussão.

A facilitadora explicou, durante a leitura, qual era o significado de alguns termos, como cofinanciamento, e de siglas, como MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Apenas dois participantes não quiseram auxiliar na leitura do texto. Durante o período da discussão, outros dois participantes entraram e saíram da sala diversas vezes.

A facilitadora comentou que havia três pontos, que ela considerava muito fortes em discussão no eixo. Em primeiro lugar, os Fundos de Assistência Social, onde estaria os recursos destinados a política de Assistência Social. Depois a questão do controle social, da participação da população e dos Conselhos. E por fim, a legislação e a necessidade de publicização e elucidação dos processos e fundamentos do cofinanciamento.

A facilitadora solicitou que os participantes observassem na apostila as propostas do eixo referente ao Cofinanciamento. E contou que as respostas que seriam encontradas ali, eram originárias do monitoramento efetuado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo Conselho Municipal de Assistência Social e pelo Fórum municipal de Assistência Social, por meio de Audiências Públicas referentes às deliberações das conferências de 2009 e 2011. Foi afirmado ainda que o status informado no caderno do conferencista era de março de 2013, a data em que ocorreu a última audiência.

Um participante solicitou que a proposta 48/2009, que tinha como status “em andamento”, fosse priorizado. O que demonstrava também, a necessidade de debater a publicização das informações, de como e quanto se gastava dos recursos.

A facilitadora contou aos presentes que havia uma nova visão da transparência do uso de recursos no país e que inclusive já tinha sido realizada a Conferência de Transparência e Controle Social.

Em seguida, foram lidas as propostas que não implementadas do grupo. A facilitadora orientou a forma de priorização das propostas.

Um participante comentou sobre a necessidade de que se ampliar o recurso da Assistência Social, para que não se fizesse remanejamento para outras questões. “Para que o dinheiro da Assistência ficasse na Assistência”. E sobre a necessidade de prestar contas de forma aberta. E questionou às participantes que são servidoras públicas e que estavam presentes, se elas sabiam qual eram o momento e o local dessa prestação de contas.

O participante informou então, que redigiria uma nova proposta com relação à publicização e da prestação de contas da política de assistência social. Para efetivar três prestações de conta ao ano.

O grupo discutiu um pouco sobre a questão, para chegar ao consenso da redação.

A facilitadora explicou que não era obrigatório escolher 5 deliberações de 2009 e 2011. O grupo deveria priorizar até 5 deliberações, podendo não priorizar todas.

O grupo conversou sobre a questão da quantidade de famílias referenciadas para atendimento nos CRAS.

Um participante comentou que avaliar as propostas anteriores, levaria um tempo que impedia o diálogo efetivo sobre a condição atual da região, e suas novas demandas.

Outra participante questionou o porquê do grupo fazer avaliações de propostas que são apoiadas em legislações, ou seja, eram de execução obrigatória pelo município e por este motivo, não precisariam de reforço popular, nas conferências, para efetivação.

O grupo debateu sobre a descentralização do ESPASO pelo município, focando na descentralização das formações pelos equipamentos/serviços da assistência social.

O grupo deliberou sobre 4 recomendações apenas e seguiu para a definição de propostas novas.

Foram elencadas 5 propostas novas:

- A realização quadrimestral de audiências públicas de prestação de contas e a discussão do orçamento da Assistência Social, bem como a produção de informativos do balancete financeiro da assistência social com o objetivo de democratizar a informação sobre o que se gastava e como se gasta os recursos e a facilitação da intervenção da população. (esfera municipal)

- A garantia da efetividade da vinculação de CREAS e CRAS de acordo com o grau de vulnerabilidade e demanda do território. (esfera municipal)

- A garantia de que o Executivo enviasse ao Legislativo a nova lei dos convênios que contemplasse o reajuste dos salários, dos convênios e da 13ª parcela para reforma dos equipamentos. (esfera municipal)

- A triplicação do repasse do governo federal e estadual para os benefícios, especialmente os de transferência de renda. (esfera estadual e união)

- O aumento do repasse de recursos financeiros municipais de outras secretarias/políticas para a política de Assistência Social, e que priorizasse os serviços da Proteção Básica. (esfera municipal)

O grupo deliberou que não iria priorizar 3 propostas, mas sim, levar para a decisão no plenário, pois um participante reforçou que as conferências são deliberativas e que a orientação do CNAS de até 3 propostas era inconstitucional. A facilitadora explicou que as propostas seriam projetadas e lidas na plenária final, e que então se deliberaria sobre a manutenção ou não das 5 propostas.

Contrariando o regimento interno, o grupo deliberou que a assessoria não teria legitimidade para realizar a leitura das propostas do grupo. Foi eleita então, uma participante para fazer a leitura.

O grupo finalizou o trabalho e seguiu para o plenário.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 3).

4.2. Eixo II

Os trabalhos do grupo começaram com a apresentação da facilitadora Patrícia. Ela explicou os objetivos do eixo II e o modo como se daria as discussões no grupo.

A facilitadora explicou também a disposição das propostas no caderno do SUAS e falou da sequência que se dariam os trabalhos tendo como primeiro passo a avaliação das prioridades das propostas para as recomendações.

Em seguida, foi distribuído ao grupo, um papel de cor diferente para cada integrante, onde eles deveriam guardar para que fosse usado no momento da montagem do grupo.

Uma participante leu a primeira proposta que não foi implementada e a facilitadora Patrícia, perguntou aos participantes se todos haviam entendido a mesma. E então ela explicou o objetivo.

Outro participante leu a ementa do caderno com as explicações da facilitadora e todos participaram da conclusão da mesma.

Uma participante falou sobre as questões do eixo II e explicou qual o trabalho que deveria ser feito no grupo e o que tinha sido feito e quais ações poderiam melhorar com relação ao controle. Falou também quais seriam as estratégias que poderiam ser tomadas.

Os participantes agruparam-se em 5 grupos para discutirem as deliberações não implementadas e elencarem as cinco prioritárias.

A facilitadora lembrou o grupo da necessidade em priorizar o cronograma com o que eles achavam de maior importância em ser enfatizado.

Uma participante opinou com relação ao que se podia ser feito dentro do grupo, ao começar pelas deliberações. O grupo então faz a leitura das deliberações.

Ocorreu uma interação entre os subgrupos durante os trabalhos.

A facilitadora elencou as novas propostas que foram discutidas pelos subgrupos:

- Ampliação da participação social na tomada de decisões da política de assistência social.
- Ampliação da rede socioassistencial.
- Criação do conselho gestor.
- Criação de ouvidoria com polos regionais.
- Ampliação dos equipamentos (CRAS e CREAS).
- Quadro de funcionários adequados (equipe como é exigida pelo MDS) dos concursados.
- Supervisão dos serviços socioassistenciais.
- Espaço adequado para a realização dos trabalhos.
- Ampliar e aprimorar os programas de geração de renda, incluindo cursos profissionalizantes para facilitar o ingresso no mercado de trabalho e cursos pré-vestibulares.
- Realização efetiva da busca ativa, estruturação de um departamento por cras/creas, que cuide especificamente do planejamento, monitoramento, avaliação e divulgação de dados levantados por ações de vigilância assistencial.

- Efetuar concurso público para CRAS e CREAS.

Os subgrupos foram desfeitos para que fosse dada a ordem de prioridades das deliberações.

1ª **52** - ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na política nacional de assistência social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial. (esfera de governo – municipal).

2ª **09** - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de assistência social para a gestão do território com publicação dos dados na rede socioassistencial. (esfera de governo – municipal).

3ª **37** - Criar plano de divulgação e comunicação da assistência social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.

4ª **33** - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.

5ª **55** - garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.

A facilitadora sugeriu aos participantes que lessem as propostas como intuito de melhorar o texto, e ele ficaram da seguinte maneira:

1. Efetivar concretização do SUAS nos territórios, garantindo a efetivação da política.
2. Ampliação dos equipamentos públicos da assistência social, garantindo quadro de funcionários adequados para supervisão dos serviços socioassistenciais, ações preventivas, inclusão social, bem como, criação do conselho gestor como forma de participação na tomada de decisão, e de criação de ouvidoria com polos regionais para auscultar dos usuários, peça fundamental.
3. Ampliação e fortalecimento da rede socioassistencial, de maneira que garanta a qualidade e excelência do serviço, bem como, formas de controle social.

Às 16:30h os trabalhos do grupo terminaram.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 4).

4.3. Eixo III

Os trabalhos do eixo III tiveram início com a apresentação da facilitadora Adriana e contou com 28 participantes.

Foram lidos os objetivos e as ementas pertinentes ao eixo III.

O grupo foi dividido em 2 subgrupos para que debatessem sobre as deliberações que não foram implementadas e para que fossem recuperadas as deliberações de 2011 e 2009.

Um dos grupos elencou as seguintes propostas: 57, 31, 3 e 7. E o outro as propostas, 9, 21 e 52.

O grupo, de uma maneira geral, fez as seguintes recomendações:

- Leitura da proposta 31, escolhida como prioridade por uma das participantes a partir das discussões coletivas.
- A proposta 7 está relacionada com a saúde e foi destacada como importante, apesar de sua escrita ser considerada “estranha”.
- Na proposta 9 os profissionais não dão conta de realizar o serviço e nem de se capacitarem.
- Participação dos usuários nas discussões.
- Plano de carreira que beneficie todas as classes adequando o quadro de RH conforme as legislações que regem o serviço, respeitando suas atribuições e as políticas de trabalho.

O grupo propôs as seguintes deliberações novas:

- Imediata efetivação da política nacional de educação permanente do SUAS, próprias dos trabalhadores sociais das redes diretas e conveniadas, usuários e conselhos e garantir diretrizes e conteúdo com autonomia, frentes aos governos.
- Estruturação de uma tabela de lotação de pessoal para CRAS e CREAS que garanta as particularidades dos diferentes territórios da cidade de São Paulo, demandas e serviços referenciados, e que amplie o quadro mínimo da NOB RH nos diversos territórios, visando garantir um trabalho eficiente, eficaz e efetivo para o usuário.
- Propor adequação para o quadro de recursos humanos, previsto aos serviços da rede socioassistencial, contidos na portaria 47, de forma a atender as legislações vigentes para cada tipologia de serviço, respeitando suas atribuições e garantindo condições de trabalho adequadas.

Estas discussões ficaram concentradas entre alguns participantes que já vieram com as novas propostas redigidas, e estas foram apresentadas ao grupo que as discutiu.

Os trabalhos foram encerrados as 16:30 h.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 5).

4.4. Eixo IV

Os trabalhos foram iniciados com a explicação do facilitador Luiz de como será o transcorrer dos trabalhos.

Foram lidas as deliberações não implantadas para que fossem colocadas em ordem de prioridades e as recomendações mais urgentes a serem cumpridas.

O grupo reclamou da falta de tempo para debate e o facilitador explanou sobre a importância da elaboração das novas recomendações.

O grupo ficou 10 minutos em discussão, reivindicando o atraso e dizendo que era prioridade

assegurar o tempo dos trabalhos executados. Reclamaram do atraso. E foi proposta moção.

O grupo fez a leitura de todas as deliberações não implementadas.

Um participante disse que a deliberação 57 era pequena demais com relação ao que era necessário no município e novamente reclamou da falta de tempo para debate.

Outro participante reforçou o item 52 com relação à demora da implantação.

O grupo decidiu pela seguinte ordem de prioridades: 35, 52, 31, 21 e 57.

Com relação às novas recomendações o grupo debateu:

- Que a gestão da SMADS tivesse uma parceria sem precariedade.
- Que houvesse melhor repasse da verba estadual e municipal.
- Que era impossível acolher adolescente numa casa com o repasse para dois ou três meses.
- Que era necessária uma equipe multidisciplinar para fazer os atendimentos.

As novas deliberações foram listadas da seguintes maneira:

1ª Instituir nova lei que disponha sobre as políticas públicas da assistência social operada via convênios e parcerias com entidades e organizações sociais sem fins lucrativos, que contemple as seguintes matérias:

- a) Garantia de repasses de recursos financeiros para as organizações conveniadas referentes a décima terceira parcela e reajuste anual sem atrasos.
- b) Garantia de reajuste anual no valor de todos os convênios de acordo com o índice nacional de preços ao consumidor Amplo (IPCA).
- c) Aumento do valor dos recursos financeiros de todos os convênios da rede socioassistenciais para a capacitação de gestores, trabalhadores e usuários.
- d) Garantia dos direitos de acordo com as convenções trabalhistas
- e) Respeitando o custeio e realidade de cada serviço.

2ª Realizar o reordenamento dos serviços socioassistenciais contidos nas portarias 46 e 47/SMADS de 2010 e 17 de 2012, bem como as normas técnicas dos serviços socioassistenciais, respeitando a territorialidade com ampla participação da sociedade civil, devendo sua aprovação pelo COMAS ocorrer após deliberação do FAS de acordo com a normativa do SUAS.

3ª Executar de forma direta pela Prefeitura Municipal de São Paulo serviços da PSE e PSB da rede SUAS, tipificados pelo CNS e COMAS. Além dos já executados pelas organizações e entidades sociais conveniadas.

O trabalho do grupo foi encerrado.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 6).

4.5. Eixo V

Os trabalhos do eixo 5 foram iniciados com apenas 10 pessoas.

O facilitador Tiago fez as considerações iniciais e explicou como seriam os trabalhos e fez a leitura dos objetivos da ementa e posteriormente, a leitura das deliberações.

Os participantes que estavam atrasados chegaram e totalizaram 23 participantes.

O grupo discutiu os avanços e chegou as seguintes redações:

- Implantação do CREAS e do CRAS no Jabaquara
- Estabelecimento de parcerias para formação profissional
- Melhoria na qualidade do atendimento dos serviços

Já com relação às dificuldades o texto final do grupo foi:

1º - falta de fiscalização;

2º- não aumento dos benefícios;

3º - falta de informação para os usuários.

O grupo definiu a manutenção das quatro deliberações do Eixo 5, não implementadas nas conferências anteriores, a partir de 2009 (deliberações 33, 36, 55 e 56 pág. 114 do caderno do pré conferencista,)

As deliberações não implementadas, recomendadas, foram as seguintes:

- 33 (2009) - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.

- 36 (2011) - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.

- 55 (2011) - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.

- 56 (2011) - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.

As deliberações propostas pelo grupo para 2013 foram:

1 - Defesa e ampliação do valor per capita para 1 salário mínimo e redução da idade para 60 anos como exigência no acesso ao BPC. Na esfera nacional.

2 - Defesa da regulamentação dos benefícios eventuais tendo em vista os critérios de concessão, a responsabilidade no cofinanciamento e a definição dos benefícios que serão de fato concedidos à população com qualidade. Na esfera municipal.

3 - Que os trabalhadores da rede conveniada tenham acesso as informações dos benefícios (requisitos, liberação, usuários contemplados e vagas) respeitando a privacidade dos usuários. Nas três esferas de governo.

O grupo encerrou as atividades.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 7).

4.6. Eixo VI

O facilitador André iniciou os trabalhos se apresentando e solicitando que todos os participantes se apresentassem. Ele explicou como se daria o funcionamento da atividade e sobre o que aborda o eixo VI.

A leitura dos artigos não implementados foi iniciada por uma participante, para fosse feita a realização do debate.

André pediu para os participantes anotarem as suas ponderações no caderno, para depois discuti-los.

Outra participante deu continuidade a leitura dos artigos deliberados nas conferências de 2009 e 2011.

Mais participantes chegaram à sala e o facilitador André se apresentou novamente e explicou que o grupo estava lendo as deliberações de 2011, pediu para os participantes anotarem as suas ponderações, para após o término da leitura, fossem discutidos.

A participante continuou a leitura e mais uma participante chegou ao grupo.

André perguntou se algum participante queria fazer algum apontamento sobre as deliberações.

Uma das participantes expressou que de acordo com a sua visão, praticamente nenhuma das políticas implantadas avançaram no bairro. Ela disse que o CRAS não conseguia dar assistência para a realização das políticas implantadas.

Outra participante disse que o acompanhamento do bairro da Cidade Tiradentes estava em Itaquera, disse que o CRAS da Cidade Tiradentes não tinha prédio, o que dificultava o atendimento ao usuário.

André deu a opção de fazer a votação dos artigos, para ir direto para a realização de novas propostas.

Uma das participantes disse que na pré-conferência da pré-conferência, tinha sido discutido, a importância de se levar em conta as especificidades do bairro, na hora de formular as propostas. Por isso a importância de se ter uma sede administrativa no próprio bairro, pois nenhuma outra regional, como a de Itaquera, compreendia as especificidades do bairro, por terem realidades diferentes.

Um dos participantes falou sobre a importância das atividades econômicas do bairro e a importância de se ter CRAS, assim como outros órgãos, para cadastrar os serviços sociais que eram realizados no bairro.

Uma das participantes disse que não via sentido em criar novas propostas, uma vez que uma série de políticas que contemplariam o bairro, ainda não tinham sido implementadas. Disse que não adiantava propor novas propostas, sem cobrar e entender o porquê das propostas de 2007, não tinha sido ainda implantado.

André disse que percebeu ao longo das conferências, que muitas políticas de 2007 tinham sido realizadas de forma ampla, o que fazia com que o seu andamento seja extremamente demorado. Ressaltou a importância dos questionamentos e a cobrança das políticas não

implantadas.

Uma participante disse que era importante que a população falasse sobre as necessidades do bairro, a formulação de propostas, mas ela sentia falta de instrumentos, de conhecimentos necessários para a realização de documentos para a formulação da política. Falou que a conferência deveria ser feita por um grupo de pessoas do bairro, com conhecimentos instrumentais, a fim de ajudar a própria população a formular políticas. Ressaltou que a equipe de sistematização tinha uma responsabilidade muito grande na hora de relatar aquilo que foi trazido pelos conferencistas locais. Disse que na hora da formulação das políticas, elas deveriam ser feitas de forma mais objetiva. Disse que era importante a conferência daquilo que já foi feito e junto com isso, criar novas propostas.

André mostrou que a equipe estava para ajudar na formulação das propostas, reproduzindo fielmente aquilo que a população trazia.

Foi chegado a um consenso de que o grupo discutiria sobre as propostas implantadas, as não implantadas e realizariam a criação de novas propostas.

Uma das participantes se propôs a ler as deliberações implementadas, para a realização da discussão. Ela iniciou a leitura.

Foi decidido pelo grupo de que não ocorreria a recomendação de propostas antigas.

O grupo concordou que deveria haver um levantamento do orçamento gasto para a implementação da deliberação 43 de 2009.

A participante continuou a leitura dos artigos.

Uma das participantes disse que deveria haver um levantamento do orçamento gasto na deliberação 38 de 2008.

A participante disse que a comissão é que era responsável pela elaboração do material existente, que recebia pra isso, mas não enviava o material para a região. Disse que isso acontecia em todos os encontros. Disse que a empresa recebia pela realização, mas nunca recebia o material elaborado.

Uma das participantes falou que sem o material elaborado na conferência, era difícil acompanhar como andava a implantação das políticas nos bairros.

Outro participante falou sobre a importância da região receber antes o material, para realizar a discussão sobre as políticas com a população, antes da realização da conferência.

Uma participante disse que o artigo 38 mostrava que a assessoria contratada estava recebendo para a realização do serviço, mas não o estava realizando de acordo com o que foi acordado nas últimas conferências.

Uma participante disse que na última conferência foi levantado o questionamento “Onde está o SUS da Cidade Tiradentes”, disse que não tem CRAS na Cidade Tiradentes com o quadro de funcionários adequado para a devida implantação e atendendo a demanda da região com as devidas implantações, e isso não constava no material da pré-conferência.

André deu a ideia de o grupo formular uma moção de repúdio e também para o grupo definir as propostas de forma específica.

Outra ideia oferecida por ele ao grupo foi a de colocar como proposta que na próxima conferência houvesse um técnico da região na hora de elaborar as propostas.

Uma participante disse que cada CRAS deveria conter no quadro de funcionários: assistente social, psicólogo, pedagogo, nutricionista, sociólogo, terapeuta ocupacional, antropólogo e advogado, e a quantidade de profissionais conforme a orientação do SUAS. E que cada região do distrito da Cidade Tiradentes, tivesse um CRAS, sendo um no Barro Branco que atendesse a Vila Iolanda, Barro Branco e Sítio Conceição, e outro no Prestes Maia, que atendesse Inácio Monteiro, Prestes Maia e Souza Ramos, outro no setor 65, que atendia os gráficos, ferroviários e o setor 81, outro na Santa Etelvina e outro no Castro Alves, que atendesse a Vila Paulistinha e Jardim Maravilha.

Uma das participantes disse que a forma de organização do evento era insuficiente para a elaboração de propostas de forma eficiente. Disse que deveria ser pensado em outro modelo para a relatoria da formulação das propostas.

Um dos participantes disse que as propostas deveriam ser realizadas em três dias e que houvesse horários diferenciados para que mais pessoas pudessem participar da conferência. O participante disse ainda, que é importante uma maior interação entre as outras regionais, para saber qual era a opinião delas a respeito da conferência.

Outro participante falou que deveria ser contratado um psicopedagogo.

A mesma participante que falou sobre o quadro de funcionário do CRAS, disse que na hora da contratação, daria para especificar a especialização do profissional contratado.

Uma das participantes falou que seria estipulado um prazo para a implementação do CRAS na Cidade Tiradentes com data específica, antes de 2016, com mês e ano especificados.

André sugeriu para o grupo, que fizessem a moção de repúdio e a criação das propostas.

Uma participante leu o texto que criou para a elaboração da moção de repúdio e todos aprovaram.

André então entregou uma folha de avaliação para os participantes preencherem.

A moção de apoio passou pelo grupo e todos os participantes assinaram.

O grupo formulou as propostas e André falou sobre a importância de que os CREAS fossem instalados na própria região que eles eram responsáveis.

A atividade foi então encerrada.

O quadro preenchido do *Instrumental 2* pelo grupo e aprovado pela Plenária encontra-se em anexo (Anexo 8).

5. Plenária Final

A mesa foi composta às 17:00hs e os trabalhos foram iniciados com a leitura das moções que foram elaboradas durante a conferência. Houve 4 moções, todas com o número mínimo de assinaturas. As moções foram colocadas para referendo. O texto na íntegra das moções apresentadas encontra-se no Anexo 9 desse relatório.

Foi então solicitado que a relatoria lesse o resultado dos trabalhos de cada eixo.

A leitura foi iniciada com eixo II, pela relatora, e não foram feitos os avanços e dificuldades. Foram mantidas 5 deliberações.

Fez-se a leitura das novas propostas e foram elaboradas 3 propostas.

Foi realizado um adendo sobre um erro gráfico e o representante do eixo foi convidado a subir ao palco para esclarecer se era um erro gramatical ou uso de uma expressão. Ele explicou algumas questões sobre a deliberação número 2.

Um membro da plenária alegou que a deliberação não estava de fácil compreensão e que isto dificultava seu entendimento, e questionou a possibilidade de se refazer a deliberação. Outro membro da plenária afirmou que a proposta não deveria ser alterada. Este fato levou um conflito entre os representantes do eixo II e boa parte da plenária, que apoiava a proposta de não ser alterada. Após a discussão, decidiram que deveria ser corrigida a gramática do texto e não, ser refeita a deliberação.

Outro membro da plenária solicitou a palavra e pediu que as propostas um e três fossem mescladas e a dois, fosse dividida em duas partes; pediu que os membros do eixo II se manifestassem solicitando que a mesma fosse mantida, e findaram por decidir manter a proposta como estava. Porém, outro membro da mesa sugeriu que a proposta fosse alterada e algumas pessoas na plenária, concordaram com esta alteração.

Ao mesmo tempo, na plenária, outro membro explicou o funcionamento do evento e como as propostas seriam encaminhadas e que esta discussão deveria ser encerrada.

Foi colocada em votação se as alterações deveriam ou não ser mantidas. Foi escolhida a versão alterada e estas foram redigidas e aprovadas por contraste.

Foi iniciada a leitura das recomendações do eixo III sobre as deliberações de conferências passadas. Após a leitura das novas propostas, as mesmas foram encaminhadas para votação e todas foram aprovadas por contraste.

Com relação ao eixo I, foi feita a leitura das recomendações, e depois a leitura das propostas que foram elaboradas. Não houve destaques e todas as propostas foram aceitas por votação e contraste.

Foi questionada pelo grupo a possibilidade de existência de cinco propostas num grupo. Em vista disto, foi proposta votação pela manutenção ou não das cinco propostas, e foi discutida se isto traria vantagens ou não.

Houve aclamação da plenária para que as propostas fossem encaminhadas para votação.

Um representante do poder público pediu a palavra e questionou com a plenária sobre as mudanças que o grupo deveria ter a cerca do posicionamento do poder público, que deveria

ser aliado à sociedade e que em sua opinião, não deveria existir confronto ideológico destes poderes.

Foi votada pela manutenção das cinco propostas com a escolha de três prioritárias e duas propostas seriam retiradas. Foi decidida a manutenção das cinco propostas colocadas em ordem de prioridades.

A relatora iniciou a leitura das propostas das conferências anteriores do eixo IV, escolhidas pelo grupo, para recomendação.

Foi feita a leitura das novas propostas que foram elaboradas pelo grupo, e todas foram aprovadas sem destaques.

A relatora do eixo VI fez a leitura do que foi considerado como avanços na assistência social e com relação ao evento, e dos avanços e dificuldades no processo e fez algumas observações sobre os eventos anteriores.

Fez a leitura das novas propostas com os destaques propostos para a primeira e última proposta. Foi também solicitado ao redator a releitura das propostas antigas e também foram solicitadas as mudanças sobre o material escrito pelo redator. O material foi então aprovado e o destaque que foi feito sobre o quadro de RH, já que a proposta estava relacionada com o quadro de profissionais da área de saúde. Houve um esclarecimento sobre este fato, uma vez que todos os profissionais eram da área de assistência social.

O segundo destaque foi sobre a quantidade de sedes existentes na região, que não atendiam a política atual.

Foi levantado destaque para a questão da educação.

Colocada em votação a última proposta, a mesma foi retirada por contraste.

Foi feita a votação pela mudança de texto da proposta 4 e conseqüente mudança.

Todas as outras propostas foram aceitas.

Os integrantes do eixo I regressaram e apresentaram a ordem de prioridades das propostas e todas foram aceitas por contraste.

Com relação ao eixo V, um membro do grupo fez a leitura dos avanços e dificuldades e posterior leitura das deliberações. Não houve destaques e todas as propostas foram aprovadas por contraste.

Os integrantes do eixo 6 regressaram e apresentaram a ordem de prioridade dos destaques. Foram aprovadas por contraste.

Após todos os eixos serem aprovados, iniciou-se o processo de escolha dos delegados.

Foi apresentada uma planilha com a proporcionalidade aplicada para cada segmento. Foi levantada a questão de se ter um número grande de delegados, mas ao final, todos foram mantidos.

Todos os inscritos como delegados foram convocados a se apresentar para que ficasse evidenciada a presença de todos.

Foi proposta votação para que todos que não preencheram a ficha de cadastramento com a intenção de ser delegados poderiam mesmo assim, ser delegados. A votação foi aceita por contraste.

Foi então, organizada uma fila para que os membros que quisessem ser delegados e não preencheram a ficha, fossem cadastrados como delegados da Cidade Tiradentes para a conferência municipal. Todos os interessados foram cadastrados.

Foi realizada outra votação sobre a quantidade de delegados do poder público que poderiam ser delegados e foi aprovado por contraste. Todos os delegados inscritos foram aprovados.

Foi então encerrada a X Conferência de Assistência Social da Cidade Tiradentes.

Informações Gerais.

Nome da SAS	SAS Cidade Tiradentes
Identificação da Conferência	CT
Datas e período de realização	27/06/2013 das 09:00 às 19:27
Número total de participantes	201

Número de Delegados(as):

Sociedade Civil			Governamentais	
Usuários(as)	Trabalhadores	Entidades	Municipais	Estaduais
4	32	5	9	0

Eventos preparatórios de mobilização que antecederam a Conferência

Tipo de evento de mobilização	Nº de eventos de cada tipo	Nº de participantes			
		Usuários	Representantes de Organizações	Trabalhadores Sociais	Poder Público
<input checked="" type="checkbox"/> Pré-conferência	1	29	1	150	18
<input checked="" type="checkbox"/> Plenárias	1	3	1	41	6
<input type="checkbox"/> Palestras					
<input checked="" type="checkbox"/> Debates públicos	1	21	0	119	8
<input checked="" type="checkbox"/> Reuniões	7	13	0	60	35
<input checked="" type="checkbox"/> Encontros temáticos	9	108	0	9	11
<input type="checkbox"/> Outras formas:					

6. Delegados

Segue a lista de delegados aprovados pela pré-conferência de Cidade Tiradentes.

TITULAR	ERICK DOS SANTOS	USUÁRIO
TITULAR	CRISTIANO ARAUJO DA SILVA	USUÁRIO
TITULAR	CARMEN DE CASTRO CAMPOS	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	EDILEUZA PETELIN	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	EDNALDA LUCIA DA SILVA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	EDSON JOSÉ MINEIRO	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	EDVALDO FERREIRA DOS SANTOS	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	FÁBIANA PITANGA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	FERNANDO ANTONIO	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	FLÁVIO ANDRADE DOS SANTOS	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	GLAUCIA BARBOSA COSTA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	IOLANDA RITA PEDROSA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	JUAN PLASSARA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	KÁTIA REGINA DOS SANTOS	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	LOURDES DIAS DE ALMEIDA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	LUANA BARBOSA DA SILVA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	MARIA DE FÁTIMA PAIVA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	NAIDES NUNES RIBEIRO	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	PATRÍCIA KELLY FERREIRA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	POLLYANA APARECIDA DA SILVA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	ROSANGELA OLIVEIRA SILVA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	SUELEN CRISTINA ROSA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	THAYSA CRISTINA DE ALMEIDA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	WALDOMIRA DE PAULA	TRABALHADOR SOCIAL
TITULAR	GERALDO JOSÉ BARROS	TRABALHADOR MUNICIPAL
TITULAR	IVETE SANTOS	TRABALHADOR MUNICIPAL
TITULAR	CRISTINA PIERRI VASQUES	TRABALHADOR MUNICIPAL
TITULAR	ANA RITA EDUARDO	GESTOR MUNICIPAL
TITULAR	DÉBORA CRISTINA RIBEIRO	GESTOR MUNICIPAL
TITULAR	IRMA DE CASSIA LINS DE ARAUJO	GESTOR MUNICIPAL
TITULAR	LUIZA GABRIELLA DIAS DE ARAUJO	GESTOR MUNICIPAL
TITULAR	MARIA INÊS SHIGEKAWA	GESTOR MUNICIPAL
TITULAR	SANDERLI APARECIDA DE BRITO	GESTOR MUNICIPAL

7. Avaliação da Pré Conferência

Foram respondidas 119 fichas de avaliação. A maioria das respostas ficou entre *Muito Bom* e *Bom*.

Segue quadro de análise quantitativa:

Item de avaliação	Valoração					
	Excelente	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim	Sem resposta
Metodologia aplicada na Pré-Conferência.	11	26	53	19	11	2
Divulgação/mobilização da Pré-Conferência.	09	22	43	29	16	2
Informação/subsídios de apoio à Pré-Conferência (Cadernos, Instrumentais e Texto-Base).	06	33	50	19	10	3
Infraestrutura na Pré-Conferência (Local e estrutura física).	31	44	35	09	0	2
Acessibilidade da Pré-Conferência.	18	30	53	16	01	03
Alimentação na Pré-Conferência.	16	26	45	22	8	04

Com relação ao questionamento “Você considera que o evento cumpriu com a finalidade proposta?”, os participantes se manifestaram da seguinte forma:

SIM	NÃO	SEM RESPOSTA
76	24	19

Foram efetuados também comentários sobre esse item, que estão listados na íntegra e sem correções:

- Uma vez que os dados não foram apresentados previamente, uma vez que a metodologia foi extremamente antidemocrática.
- Falta de organização em informes. Perder tempo em preenchimento de cadastro por motivo ou não ter lugar apropriado para preenchimento.
- Falta de organização no espaço.
- Pois ficou faltando às discussões nas nações que ainda não foram implantadas, e limitações nas propostas de novas noções.
- Parcialmente, pois algumas das considerações feitas pela comissão já estavam pré-estabelecidas o que cativou o processo democrático.
- Não houve conferências das propostas da conferência anterior otimizou o espaço de debate devido atraso.
- Apesar de não concordar com o pouco tempo e pouca informação conseguimos chegar à finalidade; com apoio de todos.
- Falta de organização no espaço.
- Porque não houve divulgação ou informação prévia da realização da mesma.
- Mais com muita dificuldade falta de organização, prioridades, tempo para discussão.
- Falta de tempo p/ discussão nos grupos.

- Apesar de atrasos, e sugestões “importantes” que vão de entando com a falta de democracia, a força da sociedade civil, faz com que o objeto fosse alcançado.
- Expositor e relatos muito bons, porém a ideia de como fazer o debate acaba não conseguindo executar o debate pelo tempo comprometido.
- A conferência que se realizou nesta presente data foi muito rica, porém a falta de organização quanto ao tempo perdeu a possibilidade de adquirirmos conhecimentos através da troca de experiência e informações entre os participantes.
- De acordo com o tema do eixo gestão de trabalho dói discutido e proposto orientações e informações para melhoria de serviços e articulação com a rede.
- Exceto pela falta de não ter conferido.
- Acredito que o evento cumpriu com sua finalidade, mas muitas pessoas não tiveram esclarecimento necessário sobre a pré-conferência.
- Ao meu ponto de está analisando se for cumprido com o que nos foi apresentado vejo que devemos estamos formalizando mais conferências.
- Temas bem discutíveis, mas pouco tempo para o debate.
- Relativamente porque todos os funcionários dos serviços que compõem a rede socioassistencial e principalmente, os usuários que participaram da pré-conferência tem conhecimento máximo da PNAS, NOB/SUAS e NOB/RH/SUAS.
- Não cumpriu, pois o tempo de debate que é primordial é sempre menor, parece ser proposital para não se discutir.
- Cumpriu, pois mesmo diante das dificuldades cumpriu seu papel. A falta de subsidio para o trabalho que antecipou a pré-conferência foi dificultado e chegou com atraso. Os usuários e trabalhadores não tiveram garantido seu direito à informação conforme o art. 5º da constituição federam (inciso 23 e 24).
- Participar a comunidade sobre os seus direitos junto assistência social e serviços.
- O evento cumpriu com sua finalidade, porém a real finalidade não teve êxito pelo fato de não ter suas propostas atendidas.
- Mais ou menos em alguns aspectos precisa de mais fundamentações.
- Devido à má divulgação da pré-conferência tivemos poucos municípios presentes no evento. Deveria ter transporte disponível para buscar algumas pessoas em pontos de referência na Cidade Tiradentes.
- Sim, demorou para todos chegarem a um ponto, mas, chegaram e deu no que foi legal.
- Boas explicações.
- Eu acho que chegou ao seu objetivo todos falaram suas opiniões e todos ouviram.

Já para as questões relacionadas a Avaliação Geral da Pré-Conferência foram apontadas as seguintes respostas, na íntegra e sem correções:

➤ PONTOS POSITIVOS

- A comunicação e participação de todos durante toda palestra.
- A participação de todos e o empenho para elaborar o que se é mesmo necessário para o território.
- As novas respostas.
- Palestrante.
- Debate dos eixos.
- Novas propostas.
- As propostas na conferencia.
- Propostas levantadas.
- Propostas levantadas.
- Debate.
- Participação popular.
- Os debates.
- A palestra, presença dos participantes das ONGs do território.
- O bom esclarecimento; o debate, bem dialogado e a divisão dos grupos, temas de debate.
- A dinâmica aplicada para as propostas feitas na conferência.

- Foi a discursão.
- A abertura as novas propostas, acho que todos entraram em consumo a isso.
- A presença de vários trabalhadores dos serviços conveniados mediante a importância da conferência; apresentação cultural de representantes dos serviços.
- Bastante gente.
- Que o mais difícil que foi tudo foi encachado.
- Palestrante Rosária.
- Apresentação de nosso espaço de articulação no território.
- Discursos sobre direitos e deveres do SUAS.
- Local de fácil acesso e bem estruturado.
- A presença de um facilitador no grupo.
- A presença de um relator no grupo.
- A palestra ministrada.
- Foi à palestra. O comentário também foi muito importante.
- Todos.
- Espaço físico.
- Projeto nossa art.
- Acolhimento.
- Temas discutidos nos grupos.
- Os assuntos que foram discutidos.
- Espaço físico.
- Espaço e alimentação.
- A palestrante Maria do Rosário Costa. Ela sim deu um show na sua fala soube explicar os eixos até para quem é leigo.
- Encontro com os serviços que fazem diferenças dos serviços no bairro cidade Tiradentes.
- Encontro com os serviços que fazem diferentes dos serviços no bairro Tiradentes.
- Encontro com os serviços que fazer a diferença dos serviços no bairro Cidade Tiradentes.
- Encontro com serviços que fazem a diferença dos serviços no bairro e conhecer outros serviços.
- A participação dos serviços socioassistenciais e o encontro do poder público. Palestra muito boa.
- Apresentações culturais.
- Apresentações culturais dos adolescentes dos serviços.
- Evoluir e avançar o desenvolvimento das famílias de baixa renda.
- Eu acho que o ponto positivo, e que pode ser mudado.
- Apresentações culturais.
- Apresentações culturais.
- Debates sobre tais assuntos referentes à assistência social.
- Instrumentos de apoio Á pré-conferência, alimentação, a metodologia aplicada na pré-conferência a organização da pré-conferência e a infraestrutura na pré-conferência.
- 7. Organização Palestra.
- Debate, votação e propostas.
- Debate e proposta palestra.
- Participação democrática.
- Esclarecedora a proposta inicial.
- Um local muito agradável e confortável.
- Novas propostas apresentadas.
- Oportunidade de lutar por nossos direitos e poder reorganizar as implantações.
- Estar fazendo parte deste encontro em melhoria dos nossos pais.
- A participação efetiva nos eixos.
- Discussão.
- Alimentação.
- Oportunidades de um aprendizado mesmo que com pouco tempo.

- Importância de poder estar lutando por nossos direitos de forma democrática. E que estamos lutando por um país melhor.
- Dar visibilidade as ações prestados pela assistência social.
- Participação de todos e principalmente empenho em elaborar questões de cada eixo.
- Alimentação.
- Infraestrutura do local.
- Excelente acessibilidade.
- Grupos temáticos e apresentação cultural.
- O espaço, participantes e a metodologia.
- Palestra.
- Que foi pessoas disposto a ta mudando a atual situação que no encontramos.
- Espaço físico.
- O trabalho e aproveitamento das pré-conferências. A falta de tempo da pré-conferência é outro aplicador.
- Questionamento do grupo.
- Que ainda realizamos conferencia “podemos falar”.
- O encontro das pessoas.
- Muita gente participando (auditório cheio), palestrantes ótimos.
- Conhecimento do andamento das propostas realizando em pró da melhoria dos serviços social.
- Palestra.
- O ponto em que se dice que os funcionários terceirizados recebe um salario miserável.
- A implantação de um CREA em cidade Tiradentes.
- Pontos positivos é que o grupo esta concordando não só o grupo como todos com um CREAS aqui.
- A palestra pré-conferência que fala muito sobre a melhora da cidade Tiradentes os direitos que os seres humanos merece.
- Foi uma boa conferência, a palestrante sobre explicar bem e é um local muito agradável.

➤ PONTOS NEGATIVOS

- A divisão do tempo para cada atividade utilizadas.
- É muito demorado para que as propostas seja efetuada os projetos deveriam ser implantado com urgência.
- O horário não foi organizado/demorou no preenchimento de cadastro. Pouco tempo para debater os eixos (obs.).
- Falta de tempo para os debates sendo que nós precisamos de mais tempo para poder ter mais coisas para debater.
- Alimentação – dinheiro mal gasto.
- Tempo inviável p/ elaboração de novas propostas e escolha de propostas.
- O atraso.
- Falta de democracia.
- Falta de democracia.
- Metodologia em tempo inadequado, sem tempo para discussão integral.
- Não gostei por que nos não podemos debate todas as propostas.
- Os atrasos.
- Temas complexos.
- Os temas propostos não atingiram os usuários.
- Não houve participação de todos.
- Atraso e almoço.
- Não foi o almoço adequado, conforme havia sido falado que seria marmitex e foi oferecido lanche.
- Foi à falta de organização.
- No meu ponto de vista o atraso, pois deixou a desejar.
- Redução do tempo para debate os pontos, e propostas para conferência.

- Não houve tempo hábil para a discussão sobre as respostas.
- Faltou comida de verdade.
- Difícil mais consegui.
- Atraso no início da conferência inscrição mal organizada.
- Atraso no início devido problema técnico.
- A organização sobre o horário tanto da entrada quando da saída.
- Organização sobre horário.
- Termos técnicos de linguagem.
- Linguagem técnicas a na popular assim dificultarão o entendimento.
- Atraso nas atividades.
- Foi os horários que não tava batendo com o planejamento.
- Atraso no cronograma, palestra muito demorada.
- Pouco tempo para debater algo muito importante.
- Atraso nas atividades.
- O atraso nas atividades.
- O atraso nas atividades.
- O atraso do evento.
- Atraso no cronograma; palestras demoradas.
- Metodologia, subsídios.
- A hora da alimentação não foi legal. O modo de ser servido. E o almoço macarrão no copinho na creches se serve imagina para adultos. O Café da manhã.
- Saber que tudo que foi proposta no 2009 e 2011 não foram atendidas.
- Saber que tudo que foi proposto no 2009 e 2011 não foi atendido.
- Saber que quase tudo que foi proposto nos anos de 2009 e 2011 não foram atendidos.
- Saber que as propostas não foram atendidas ou até mesmo esquecidas.
- A falta de implantação das propostas das pré-conferências dos anos anteriores.
- Acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção.
- Falta de alimentação adequada e organização interna.
- Perceber a demora do poder publico para executar propostas que melhorariam as famílias necessitadas.
- Precisa melhorar o local para pessoas com dificuldade de locomoção falta de divulgação.
- Precisa melhorar o local para pessoas com dificuldade de locomoção.
- Propostas pendentes no qual ainda não foram aplicadas.
- Falta de tempo hábil para prepara melhor a população e trabalhadores para a conferência. O atraso no início dos trabalhos.
- Atraso após o almoço e no início.
- Atraso para o almoço.
- Tempo de programação curto.
- Mais divulgação e mais acessibilidade ao local de encontro para pré-conferência.
- Conferencia antidemocrática com subsídios entregues antecipadamente, mais tempo para deliberação.
- Atraso no horário.
- Pouco tempo para o foco principal (debate).
- Ao ver os espaços por fora tudo é lindo, mas quando entra no espaço a realidade é outra. É a verba implantada para uma alimentação de qualidade pra hoje.
- O atraso de, nos início da pré-conferência não permitiu que a discussão nos eixos.
- Falta de tempo para um debate mais efetivo.
- Atraso no início do evento.
- Em questão a mobilização e divulgação e metodologia, o tempo oferecido foi muito pouco, sem possibilidade de debates e uma boa divulgação.
- Sabendo-se que a verba é bem maior que a demonstração na alimentação servida hoje. Onde esta este gasto?
- Desorganização para realização do evento, faltando divulgação.
- Deixar as coisas banais e receptivas e focar, o que realmente importa e cumprir a finalidade.
- Não caberiam nessas linhas.

- Falta de tempo para o debate, atraso no início que sempre compromete os grupos.
- O atraso a falta de tempo para a discussão das questões referentes aos eixos e a falta da democracia pela metodologia imposta de escolher apenas 5 questões que não foram implementadas para a discussão do grupo na conferência.
- A implantação é novos instrumentais uma vez que nos serviços já se trabalha com uma série destes materiais e a elaboração de mais um acredito eu que não mediria a qualidade do serviço.
- Alimentação.
- Infraestrutura.
- Atraso e alimentação.
- Que falta muita coisa a serem implantado em nossa comunidade.
- Horário não cumprido.
- Alimentação desfavorável.
- Metodologia, facilitador, instrumento de debate.
- A falta de informação antecipada.
- Atrasos para começar, tempo pequeno para elaboração de novas propostas.
- O não andamento de uma forma prestativa a população.
- A falta de coerência para abordagem dos temas.
- Mais divulgação.
- Melhorar a divulgação do evento.
- A demora, mas foi bom.
- Foi um pouco demora, mas foi bem legal.

➤ SUGESTÕES PARA FUTURAS CONFERÊNCIAS

- Sugiro que a palestra (apresentação) seja em um dia e o debate da palestra em outro.
- Eu sugiro que tenha mais cultura na região do Inácio monteiro.
- Maior divulgação (escolas por ex) almoço.
- Organização do horário para não haver atrasos para não atrapalhar o andamento da pré-conferência.
- Falta de organização no horário que acabou atrasando em alguns momentos.
- Mais tempo participar de todos os eixos.
- Que seja mais detalhada.
- Maior divulgação.
- Facilitar a linguagem dos temas, texto, apostila e outros, com o intuito de atingir a todos, ou seja, usar uma linguagem menos técnica para que todos possam entender e participar das atividades efetivamente.
- Ser no mesmo local.
- Local da conferência ser no local mais acessível.
- Que na próxima seja integral essa que foi muito bom.
- Atenção à educação.
- Cumprir o horário.
- Que na próxima fique muito melhor.
- Na entrada do participante entrega a ficha de inscrição e pegar a fila somente p/ entrega e retirar o crachá.
- Ser mais específico, mais clareza.
- Ter, mas clareza no conteúdo a ser discutido.
- Tentar usar uma forma popular para assim facilitar o entendimento.
- Pontualidade na s atividades (abertura credenciamento) parte da manha.
- Mais explicações para todos entender ter questionamento.
- E ter mais debate para todos ter participando.
- Adorei todos e que seja sempre assim as conferências.
- Sugestão.
- Melhorar divulgação.
- Não ter atrasos.
- Cumprir horário.
- Melhores divulgações.
- Metodologia seja apresentada com antecedência e o tema seja mais esclarecido.

- Saber que nossas propostas futuras foram atendidas.
- Saber que nossas propostas futuras foram atendidas.
- Saber que nossas propostas futuras foram atendidas.
- Sabermos que a nossa proposta e sugestão saíram do papel e que funcionou de verdade.
- Verificar que realmente teve atenção e cumprimento das nossas propostas mais urgente.
- Um local com acessibilidade que as palestras sejam mais dinâmicas e que tenha maior divulgação.
- Que temos conhecimento com antecedência quando e onde vai ser a conferência.
- Transversal conf. Educação saúde cultura.
- Proposta assistencial / caderno divulgação proposta.
- Melhor organização de horários.
- Trazer mais melhoria com oficinas.
- Não que seja sugestão, mas, que na próxima conferência tenha sido implantada as propostas anteriores.
- Que a preparação das conferências seja elaborada com antecedências.
- Mais palestras informativas.
- Que a preparação das conferências seja elaborada com antecedência.
- Acesso ao material c/ mais antecedência, maior tempo na programação.
- Mais centros culturais.
- Próximas pré-conferências palestras em um dia debatam em outros melhor alimentação.
- Organização Lugar, material desde inicio.
- Organização: O lugar adequado para o preenchimento das fixas, organização nos horários para debate: que é foco principal.
- Um tempo maior nas discussões nos eixos.
- Mais tempo para elaboração e debate das propostas a serem deliberadas.
- Fornecem informativos com antecedência para melhorar divulgação e instrução a funcionários e usuários.
- Material entregue desde o inicio. Mais tempo para debate e propostas.
- Divulgações através da mídia para que as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade possam ter conhecimento da realização da mesma.
- Não ler, alimentação adequada à ocasião propor a cada pessoa trazer uma proposta depois debater ver quais seriam as melhores propostas.
- Que seja cumprida a democracia.
- Começar pontualmente no horário, garantir tempo para debate do grupo.
- Organizar melhor o tempo e o desenvolvimento da conferência, para que possa abarcar uma discussão rica e os usuários desta forma entender as necessidades de sua comunidade local.
- Melhor divulgação.
- Melhor alimentação.
- Melhor infraestrutura.
- Uma divulgação em espaço para a população expresse o que deve ser melhorado entre outras formalidades.
- Cumprimento do horário.
- Melhorar a alimentação.
- Menos palestra e mais debate.
- Que tenha um numero tempo maior para discutir.
- Informação antecipada e prazos cumpridos conforme as deliberações iniciais.
- Aumentar o tempo para elaboração das propostas e debates dos eixos.
- Discutir somente sobre as propostas que não foram atendidas.
- Um preparo maior para os participantes.
- O alimento da cultura no município.
- Melhoria do investimento em culturas e assistência social.
- Melhorar as conferências.
- Melhorar a sociedade é desenvolver mais a cidade Tiradentes com escolas, cursos, hospitais, etc.
- Um melhor divulgação sobre o dia e o horário e o local.

Anexos

Anexo 1 - apresentação de slides SAS CIDADE TIRADENTES

X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2013

PRÉ-CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CIDADE TIRADENTES

DATA: 27/06/2013
LOCAL: CENTRO DE FORMAÇÃO CULTURAL DE CIDADE TIRADENTES - AV. INÁCIO MONTEIRO S/N - INÁCIO MONTEIRO

Comissão Regional da Pré-Conferência de Assistência Social CT
Supervisão de Assistência Social - SAS CT
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS CT

Slide 1

DADOS DA CIDADE TIRADENTES – IBGE 2010

A Subprefeitura de Cidade Tiradentes é composta por 01 único distrito (Cidade Tiradentes) possui 60.734 domicílios sendo **3.316 desses domicílios em áreas subnormais**.

O total de população na subprefeitura é **211.420 habitantes**, sendo destas **50.096 crianças, 24.716 adolescentes e 12.608 idosos**, representando 24%, 12% e 6% respectivamente. Com relação à renda 15.742 famílias têm renda per capita de até ½ salário mínimo, 7,8% das famílias. Segundo o IPVS, na subprefeitura de Cidade Tiradentes existe 19.274 domicílios em setores censitários de alta e de muito alta vulnerabilidade social. É a **subprefeitura com maior concentração de residentes declarados pretos ou pardos, o que corresponde a 56,1% dos habitantes**.

Slide 2

INDICADORES

Indicadores	Cidade Tiradentes	Capital	Média Paulista
Nº Total de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes	211.420	11.209.673	361.602
Rendimento Mensal do Domicílio Permanente Per capita A6 1/2 s.m.	15.742	476.427	15.369
Domicílios em Setores Censitários 5 + 6	19.274	510.815	16.478
Número de Domicílios Áreas Subnormais	3.316	355.553	11.469
Taxa de Mortalidade (por mil habitantes)	4,63	6	6
Taxa de Mortalidade por Agressão (por cem mil habitantes)	17,98	13	11
Taxa de mortalidade por agressões (homicídio) da população masculina de 15 a 29 anos, por local de residência (Por cem mil homens entre 15 e 29 anos)	47,97	40	35
Taxa de adolescentes (15 a 19 anos) em ato infracional	2,79	3	0
Taxa de Agressão à Mulheres (por dez mil mulheres)	18,5	13	1

Slide 3

REDE SUAS

Rede Direta
CRAS Cidade Tiradentes

Função	Quantidade
Coordenador	1
Técnicos de Nível Superior	5
Profissionais de Nível Médio	2
Total	8

Localização: Estrada do Iguatemi, 2751 – José Bonifácio

Slide 4

REDE SUAS

Rede de Serviços Convencionados

Tipologia	nº Serviços	Capacidade	nº de Trabalhadores	repasso mensal
Centro para Crianças e Adolescentes	11	1260	86	R\$ 355.302,34
Centro para Juventude	3	300	27	R\$ 93.935,31
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio	2	2000	32	R\$ 105.164,58
Núcleo de Convivência para idosos	1	100	5	R\$ 13.854,09
Total	17	3660	150	R\$ 568.236,32

Tipologia	nº Serviços	Capacidade	nº de Trabalhadores	repasso mensal
Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	1	20	22	R\$ 69.775,01
Serviço de Medida Socioeducativa	2	180	19	R\$ 82.074,45
Centro de Defesa e Convivência da Mulher	1	100	7	R\$ 30.047,25
Total	4	300	48	R\$ 182.796,71

Investimento total: R\$ 751.033,03

Slide 5

Gestão de Benefícios

Subprefeitura Cidade Tiradentes

Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família distribuídas segundo faixa de renda, Fevereiro de 2013.

Faixa de Renda	Famílias Beneficiárias	Valor Médio do Benefício
Extrema Pobreza (Renda per capita de até R\$ 70,00)	3.125	R\$ 157,98
Pobreza (Renda per capita de até R\$ 140,00)	2.710	R\$ 80,11
Total de Famílias Beneficiárias	5.835	122,87

Fonte: SIMAR/RECEB Folha de Pagamentos, Fevereiro de 2013
Elaboração: SIMAR/SICOP/SC Centro de Gerenciamento, Março de 2013.

Subprefeitura	Distrito	BPC - Pessoa com Deficiência	BPC - Pessoa Idosa	Total de Beneficiários BPC
TIRADENTES	Cid Tiradentes	1.623	2.219	3.842
	Sub-total	1.623	2.219	3.842

Fonte: MEC, BPC, Dezembro de 2012 - PROBAM; CENSO 2010, 2.1.1, 2011.
Elaboração: SIMAR/SICOP/SC Centro de Gerenciamento, Abril de 2012.

Slide 6

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”

Paulo Freire

Bom Trabalho a todos !

Slide 7

Anexo 2 - palestra ministrada por Maria do Rosário da Costa Ferreira

Slide 1		Slide 2	
Slide 3		Slide 4	
Slide 5		Slide 6	
Slide 7		Slide 8	
Slide 9		Slide 10	

<p>Slide 11</p>	<p>Objetivo</p> <p>Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do SUAS, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.</p> <p>[11]</p>	<p>X Conferência</p> <p>[12]</p>
<p>Slide 13</p>	<p>EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</p> <p>[13]</p>	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cofinanciamento da assistência social pelos três entes federados com alocação de recursos próprios no respectivo fundo de assistência social. • Estruturação do Fundo de Assistência Social e sua gestão pela área específica da assistência social. • Acompanhamento pelo Conselho de Assistência Social do uso do IGD. • Utilização de no mínimo 3% do IGD no aprimoramento e fortalecimento do controle social. <p>[14]</p>
<p>Slide 15</p>	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação do Conselho no processo de elaboração, apreciação e aprovação da proposta orçamentária da área, do Plano de Assistência Social, bem como do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. • Acompanhamento da execução do Plano de Assistência Social pelo Conselho. • Acompanhamento, apreciação e aprovação do Conselho da execução orçamentária e financeira dos recursos geridos pelo Fundo. • Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. <p>[15]</p>	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a linguagem do financiamento acessível a todos os segmentos do Sistema; • Transparência e prestação de contas de todos os recursos (financiamento direto e renúncia); <p>[16]</p>
<p>Slide 17</p>	<p>EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p> <p>[17]</p>	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância socioassistencial incorporada à gestão das SUAS (planejamento, prevenção e notificação e reconstrução de direitos). • Criação, produção e utilização de indicadores municipais de assistência social com base no olhar da vigilância socioassistencial. • Organização da busca ativa no município. • Efetivação do Prontuário SUAS. <p>[18]</p>
<p>Slide 19</p>	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar demanda não somente quem chega ao serviço; • Precárias ou inexistentes estratégias de partilha de informação na política e entre políticas; <p>[19]</p>	<p>EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO</p> <p>[20]</p>
<p>Slide 19</p>	<p>Slide 20</p>	<p>Slide 20</p>

Slide 21	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Estágio de implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS no município. Segurança normativo-jurídica e as condições objetivas para a reconfiguração do trabalho social desenvolvido na gestão e no atendimento prestado à população. Realização de concurso público para ampliação do quadro de servidores efetivos e a instituição de carreira específica para os trabalhadores do SUAS. 	Slide 22	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Cofinanciamento federal e o pagamento das equipes de referência, responsáveis pela organização (gestão) e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios dos SUAS Enfrentamento à precarização dos vínculos trabalhistas, com a adoção de formas flexíveis e precárias de trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de pregão eletrônico, que compromete a continuidade e a permanência dos serviços e dos servidores públicos. Capacitação, formação com planejamento.
Slide 23	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Processos de formação continuados e voltados à criar segurança na produção de respostas; Intervenção menos processual e mais assentada na garantia de direitos, particularmente os direitos 5º e 10º do decálogo dos direitos socioassistenciais. 	Slide 24	<p>EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS</p>
Slide 25	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da gestão dos serviços socioassistenciais no município. Controle social e a fiscalização do desempenho da oferta dos serviços de proteção social básica (PSB) e de proteção social especial (PSE) prestada em parceria entre a rede socioassistencial. Serviços de PSB e PSE e sua vinculação aos CRAS e ao CREAS. Desenvolvimento da ação em rede e a operacionalização entre CRAS e de CREAS. Reordenamento dos serviços de acolhimento. 	Slide 26	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Controle social nas etapas de implementação da Política de Assistência Social: planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS objetivando verificar a assertividade e efetividade das ofertas (provimentos).
Slide 27	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Ampliação de cobertura dos serviços – compromisso com demandas; Olhar o sistema para além das unidades estatais, articulando proteção básica e especial; Definir procedimentos nos serviços adequados aos problemas que se quer enfrentar e em conformidade com as respostas que se quer produzir. Não é improviso!! 	Slide 28	<p>EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS</p>
Slide 29	<p>O que está em debate</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualidade do acesso à orientação, encaminhamento e requerimento do BPC. Condições e formas de acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas. Ações intersetoriais, como os programas BPC/ESCOLA e BPC/TRABALHO, na ampliação da proteção social. Regulamentação e publicização dos critérios, valores e forma de acesso aos benefícios eventuais. Benefícios e Programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família e os demais de âmbito municipal e estadual) e sua integração com os serviços socioassistenciais. 	Slide 30	<p>Alguns desafios</p> <ul style="list-style-type: none"> Compreender benefício como instrumento para assegurar o direito à sobrevivência e para combate à desigualdade de renda; Aperfeiçoar fluxos de comunicação entre políticas para que não haja prejuízo na atenção aos beneficiários; Superar o estabelecimento de critérios morais e excludentes impedindo acesso a benefícios; Ter previsibilidade e planejamento para situações climáticas de incidência constante;

Slide 31

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

{ 31 }

Slide 33

Alguns desafios

- Assegurar atenção e definir responsabilidades para áreas de divisa municipal;
- Estabelecer responsabilidade compartilhada com a instância estadual para atenção a situações de dimensão intermunicipal.

{ 33 }

Slide 32

O que está em debate

- Universalizar o acesso da população à integralidade dos serviços socioassistenciais.
- Formatos de regionalização considerando as necessidades sociais e serviços.
- Diagnóstico estadual sobre vulnerabilidades, riscos e violação de direitos e mapeamento estadual da rede socioassistencial.
- Reconhecimento de diversidade na população nos municípios.

{ 32 }

Slide 34

A tarefa

São necessárias ações para reduzir o sofrimento humano em ser excluído, propulsão de forças para restaurar a auto-estima face à discriminação. [Os usuários] reclamam da necessária humildade dos agentes institucionais que os tratam como seres desprovidos da capacidade de saber o que desejam ou do que necessitam. A pessoa que recorre, [por] exemplo, a um hospital não busca só atendimento médico. O tratamento que recebe deve reconhecer sua dignidade humana, sua singularidade individual e sua identidade social. **(Sposati: 2007)**

{ 34 }

Anexo 3 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo I - aprovado

Instrumental 2- Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013 – Eixo I – “O cofinanciamento obrigatório da assistência social”

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
26/2009 – Fazer gestão junto à SEMPLA e Câmara Municipal para garantir em 2010 a dotação de no mínimo 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de assistência social, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	x				
52/2011 – Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X				
29/2009 - Desenvolver política municipal de qualificação permanente e salários adequados aos trabalhadores sociais para um atendimento digno, referente à Política de Assistência Social e os direitos dos usuários, de acordo com a NOB-RH.	X				
43/2011 - Efetivação imediata do que foi deliberado na Conferência de 2009 referente às deliberações abaixo: 8. Reformular a composição do COMAS, com ampliação da participação dos usuários. 9. Realizar a eleição de conselheiros da sociedade civil para o COMAS na Conferência Municipal de Assistência Social. (Plenária no dia anterior); 10. Realizar uma Interconferência da cidade de São Paulo – e demais níveis de governo - envolvendo a participação das demais políticas públicas e avaliando as deliberações ocorridas em cada uma das Conferências Setoriais e de segmentos com participação de uma porcentagem de seus delegados; 14. Implantar e garantir dotação orçamentária para transporte e alimentação para os conselheiros da sociedade civil, especialmente para os usuários, visando à participação nas reuniões e demais atividades; 40. Criar sistema de participação e controle social partindo da base da sociedade civil para o governo.	X				

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Realizar quadrimestralmente audiências públicas de prestação de contas e de discussão do orçamento da Assistência Social, bem como produzir informativos do balancete financeiro da assistência social com objetivo de democratizar a informação sobre o que se gasta e como se gasta os recursos e facilitar a intervenção da população.	X		
Aumentar o repasse de recursos financeiros municipais de outras secretarias/políticas para a Política de Assistência Social, priorizando serviços da Proteção Básica.	X		
Triplicar o repasse do governo federal e estadual para os benefícios, especialmente os de transferência de renda.		X	X

Anexo 4 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo II - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013 – EIXO II “Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processo de planejamento, monitoramento e avaliação”

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
52/2011 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X				
09/2011 - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	X				
37/2011 - Criar plano de divulgação e comunicação da Assistência Social que divulgue dados da área, bem como o decálogo e os serviços socioassistenciais, e que estabeleça canais de comunicação com a sociedade utilizando linguagem simples e acessível.	X				
33/2009 - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	X	X	X		
55/2011 - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.	X	X	X		

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Garantir a efetivação do SUAS nos territórios, conforme deliberações propostas em conferências anteriores.	X		
Ampliação dos equipamentos públicos da assistência social, garantindo quadro de funcionários adequados para supervisão dos serviços socioassistenciais, ações preventivas, inclusão social, bem como, criação de ouvidoria com polos regionais para a escuta dos usuários, peça fundamental.	X	X	X
Criação do conselho gestor como forma de participação na tomada de decisão.	X	X	X

Anexo 5 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo III - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013 – eixo III “Gestão do Trabalho”

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
52 (2011) - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.	X	X	X		
31 (2009) - Garantir recursos orçamentários para qualificação e instrumentalização de equipes de trabalho da rede socioassistencial conveniada.	X	X	X		
57 (2009) - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.	X	X	X		
9 (2011) - Garantir a criação de mecanismos que possibilitem a estruturação da gestão do trabalho e da política de Assistência Social para a gestão do território com publicização dos dados na rede socioassistencial.	x				
7 (2001) - Garantir suporte e acompanhamento profissional especializado, para todos os trabalhadores da rede pública e conveniada, envolvendo atendimento psicológico e psicossocial, com vistas à: a) manutenção e valorização da saúde física e mental dos mesmos; b) prevenção dos riscos a que estão expostos; c) melhoria da atuação dos profissionais da Assistência Social junto aos serviços e usuários, contribuindo para o equilíbrio pessoal e redução das pressões do ambiente.	X			Saúde	

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Imediata efetivação da política nacional de educação permanente do SUAS próprias dos seus trabalhadores sociais das redes diretas e conveniadas, usuários e conselhos e garantindo diretriz e conteúdo com autonomia frente aos governos.	X	X	X
Estruturação de uma tabela de lotação de pessoal para CRAS e CREAS garantindo as particularidades dos diferentes territórios da cidade de São Paulo, demandas e serviços referenciados, ampliando o quadro mínimo da NOB RH nos diversos territórios visando garantir um trabalho eficiente, eficaz e efetivo para o usuário.	X	X	X
Propor adequação para quadro de recursos humanos previstos aos serviços da rede socioassistencial contidos na portaria 46 e 47 de forma a atender as legislações vigentes e específicas para cada tipologia de serviço, respeitando suas atribuições e garantindo condições de trabalho adequadas.	X	X	X

Anexo 6 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo IV - aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013– Eixo IV “Gestão de Serviços, Programas e Serviços”

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
35 - a) Implantar Conselhos Gestores nos serviços socioassistenciais, constituídos e compostos por representantes da gestão do serviço, trabalhadores e usuários. Abrir a participação às pessoas da comunidade e, se necessário e possível, a um representante do poder público. Normatizar que uma cópia da ata de cada reunião do Conselho deverá ser encaminhada para os CRAS e CREAS de cada região. b) Implantar Conselho Gestor nos CRAS e CREAS, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.					
52 - Ampliar a rede socioassistencial em todas as regiões do município, implantando efetivamente uma unidade de CRAS para cada 5.000 famílias referenciadas (conforme previsto na NOB-SUAS e na Política Nacional de Assistência Social - PNAS), priorizando os locais de alta vulnerabilidade para enfrentamento da extrema pobreza, de acordo com diagnóstico socioterritorial.					
31 - Realizar semestralmente audiências públicas de prestação de contas e de discussão do orçamento da Assistência Social.					
21 - Aprimorar, implementar e esclarecer a delimitação dos serviços socioassistenciais, visando: <ul style="list-style-type: none"> •esclarecer o papel dos profissionais de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; •ampliar e alinhar os serviços socioassistenciais aos padrões de qualidade e recursos de infraestrutura física. 					
57 - Implantar um plano de formação continuada para usuários, trabalhadores, entidades, gestores e conselheiros eleitos para melhor conhecimento dos territórios da assistência social para monitoramento, implantação e ampliação dos serviços socioassistenciais.					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
<p>Instituir nova lei que disponha sobre as políticas públicas da assistência social operada via convênios e parcerias com entidades e organizações sociais sem fins lucrativos, que contemple as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantia de repasses de recursos financeiros para as organizações conveniadas referentes a décima terceira parcela e reajuste anual sem atrasos. • Garantia de reajuste anual no valor de todos os convênios de acordo com o índice nacional de preços ao consumidor Amplo (IPCA). • Aumento do valor dos recursos financeiros de todos os convênios da rede socioassistenciais para a capacitação de gestores, trabalhadores e usuários. • Garantia dos direitos de acordo com as convenções trabalhistas • Respeitando o custeio e realidade de cada serviço. <p>Com prazo de realização de 12 meses, a contar da realização da conferência nacional.</p>	X		
<p>Realizar o reordenamento dos serviços socioassistenciais contidos nas portarias 46 e 47/SMADS de 2010 e 17 de 2012, bem como as normas técnicas dos serviços socioassistenciais, respeitando a territorialidade com ampla participação da sociedade civil, devendo sua aprovação pelo COMAS ocorrer após deliberação do FAS de acordo com a normativa do SUAS. Com aplicação imediata após a conferência municipal.</p>	X		
<p>Executar de forma direta pela Prefeitura Municipal de São Paulo serviços da PSE e PSB da rede SUAS, tipificados pelo CNS e COMAS. Além dos já executados pelas organizações e entidades sociais conveniadas. Com prazo de realização de 12 meses, a contar da realização da conferência nacional.</p>	X		

Anexo 7 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo V – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013– Eixo V “Gestão de Benefícios do SUAS”

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços
Ampliação da rede de serviços na Cidade Tiradentes.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades
Falta de Implantação do CREAS e estruturação do CRAS e na Cidade Tiradentes.
Não há instrumentos de acompanhamento de implementação das deliberações das conferências.
Não há garantia de execução das deliberações das conferências em curto (6 meses) , médio (1 ano) e longo (1 ano e meio) prazo.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
33 (2009) - Realizar pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços da rede socioassistencial e aos direitos socioassistenciais.	x		x		
36 (2011) - Ampliar a autonomia e os recursos do COMAS na promoção do controle social e da participação social.					
55 (2011) - Garantir à população em situação de vulnerabilidade social o acesso à alimentação diversificada e nutricionalmente balanceada, como medida adicional aos benefícios continuados ofertados pela proteção básica.					
56 (2011) - Viabilizar aumento de 30% no valor do benefício do Programa Renda Mínima (Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM), com alteração dos requisitos exigidos para inclusão de beneficiários e com adoção do per capita e até meio salário mínimo, independente da composição familiar e faixa etária.					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Defesa e ampliação do valor per capita para 1 salário mínimo e redução da idade para 60 anos como exigência no acesso ao BPC.			x
Defesa da regulamentação dos benefícios eventuais tendo em vista os critérios de concessão, a responsabilidade no cofinanciamento e a definição dos benefícios que serão de fato concedidos à população com qualidade.	x		
Que os trabalhadores da rede conveniada tenham acesso as informações dos benefícios (requisitos, liberação, usuários contemplados e vagas) respeitando a privacidade dos usuários.	x	x	x

Anexo 8 - quadro preenchido do instrumental 2 pelo Eixo VI – aprovado

Instrumental 2 - Registro e Sistematização da Pré-Conferência Regional de CIDADE TIRADENTES 2013 – Eixo VI “Regionalização”.

8.1 Análise e Deliberações por eixo – Principais avanços

8.1. Principais avanços

Não houve avanço na conferência e pouco avanço na assistência realizada ao bairro. Houve a implantação de alguns novos serviços.

8.2. Análise e Deliberações por eixo – Principais dificuldades

8.2. Principais dificuldades

Falta de reconhecimento do território e o descaso do poder público.

A maioria dos moradores não têm acesso às informações e conhecimento a respeito dos seus direitos.

8.3 Análise e Deliberações por eixo- Outras observações

8.3. Outras observações

Foi elaborado uma moção de repúdio a respeito do orçamento gasto na deliberação 43 de 2009.

A população não tem acesso, pois o poder público não oferece os canais de comunicação adequados e por isso a população não tem acesso a informação.

Foi elaborado uma moção de repúdio sobre a precariedade da infraestrutura do CRAS Cidade Tiradentes.

Sistematização das Recomendações (Deliberações anteriores não implementadas e que são pertinentes manter na agenda para consolidar o SUAS). Até cinco recomendações por eixo, em ordem de prioridade.

8.7. Recomendação	8.8. Esfera de Governo			Outras políticas	Demais Poderes (Judiciário e Legislativo)
	Município	Estado	União		
O grupo deliberou que não haveria a necessidade de realizar a recomendação de propostas antigas, pois elas devem ser implementadas, uma vez que já foram definidas em outras conferências .					

Propostas novas de deliberação (propostas ainda não apresentadas e deliberadas nas conferências anteriores para efetivar o SUAS Local)

9. Deliberações novas	Esfera de Governo		
	Munic.	Estad.	União
Que em cada subprefeitura tenha cinco CRAS, contendo no quadro de funcionários: assistente social, psicólogo, pedagogo, nutricionista, sociólogo, terapeuta ocupacional, antropólogo e advogado, e a quantidade de profissionais conforme a orientação do SUAS. Que haja a implementação de três CRAS até junho de 2014 e os outros dois até dezembro de 2014.	X	X	X
Que a SMADS amplie a criação de cursos profissionalizantes para os jovens de 16 a 24 anos em cada região (CEDESP).	X	X	X
Que a prioridade na aplicação de serviços seja nas regiões onde há maior precariedade.	X	X	

Anexo 9 – Moções da Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes

Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes

TIPO DE MOÇÃO: OUTROS/COBRANCA
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: SMADS
MOTIVO: INFORMAÇÃO PUBLICA

TEXTO:

No enunciado 38 de 2011 consta que garante recurso para comissão de monitoramento das deliberações das conferências, justificando assessoria para essa finalidade das deliberações da VIII e IX conferências. Queremos saber quem esta na comissão? (nomes). E quais os valores destinados para esse fim?

Para informação nenhum dos prazos para entrega de material foi entregue no prazo. Que a empresa licitada para prestar serviço no pré-conferencia contrate (relator e facilitador) que conheça o território (moradores).

Sobre o enunciado 43/2009, qual foi o custo para implantação desse item.

ASSINATURAS: 32

Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes

TIPO DE MOÇÃO: REPUDIO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: SMADS
MOTIVO: FALTA DE CRAS

TEXTO:

Repudiamos o fato de que em cidade Tiradentes com 220 mil habitantes segundo dados do censo de 2010 não tem um CRAS implantado uma vez que o prédio onde se localiza o “CRAS” esta no território de Itaquera dentro do espaço de um supermercado inviabilizando o atendimento o atendimento ao usuário conforme orientação do SUAS. Que SMADS nos responda por escrito conforme sugere o art. 5 inciso 23 e 24 da constituição federal sobre o direito a informação que é amparado a todo cidadão. Prazo solicitado para resposta 31/07/2013.

ASSINATURAS: 32

Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes

TIPO DE MOÇÃO: REPUDIO
DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: MINISTERIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME.
MOTIVO: INCOERENCIA NOS SISTEMAS INSS E MDS

TEXTO: São Paulo, 26 de Junho de 2013

Nós trabalhadores da Seguridade Social da região Leste de São Paulo reunidos na data de hoje do Auditório do Hospital Municipal Alípio Correa Neto, repudiamos a forma q o governo Federal vem conduzindo a operacionalização da Contribuição Facultativa Baixa Renda INSS, código 1929, conhecido como 5%.

De acordo com a Lei 12.470 de 31/08/2011 é garantida a contribuição de 5% do salário mínimo ao INSS aos contribuintes facultativos sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda. Para efeitos desta Lei em seu 4 parágrafo: “Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto na alínea b do inciso do 2 deste artigo, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.” (NR)

No entanto há incoerência nos sistemas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á fome), uma vez que os órgãos da Assistência Social nos municípios responsáveis pelo preenchimento do CAD ÚNICO, como os CRAS ou os meios itinerantes, entre outros recebem orientação do MDS que para preenchimento do CAD ÚNICO precisam incluir obrigatoriamente alguma renda maior que R\$ 0,00 (zero reais) á família. Considerando que a maioria das famílias atendidas no CRAS para preenchimento do CadÚnico são monoparentais, chefiadas por mulheres o fato de especificar-lhe uma renda para continuidade do cadastro inviabiliza seu direito á efetuar as contribuições como Facultativo Baixa Renda, já que um dos critérios para que essas sejam validadas é a ausência total de renda por parte do contribuinte. Ressaltamos que rendimentos de pensão alimentícia ou mesmo Benefício Assistencial ao Deficiente devido ás crianças pertencentes ao grupo familiar são todas designadas como renda do titular do CadÚnico, ou seja, em sua maioria a mulher descrita acima.

Diante do exposto, repudiamos a falta de diálogo entre os Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate á Fome que acarreta o desencontro de informação na base e para a população usuária e inviabiliza o acesso da população aos seus direitos, que tem levado muitos municípios ao recolhimento desta contribuição sem posterior acesso direto.

ASSINATURAS: 50

Pré-Conferência Regional de Cidade Tiradentes

TIPO DE MOÇÃO: REPUDIO

DESTINATÁRIO DA MOÇÃO: SUAS

MOTIVO: FINANCIAMENTO E GESTAO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS DA ASSISTENCIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

TEXTO:

Os participantes da X Pré Conferência Municipal de Assistência Social vem a publico manifestar seu repudio á ausência de financiamento específico e permanente para a concessão destes Benefícios Eventuais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS atualmente viabilizados pelo Município de São Paulo através do Regime de Adiantamento.

Os Benefícios Eventuais estão garantidos na Política de Assistência Social como direito garantido na Lei n 8.742, de 07/12/1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, art. 22, parágrafos 1 e 2. É uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos, visam cobrir

necessidades temporárias em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, em geral relacionadas ao ciclo de vida, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos. Considerando inclusive que **INCERTAS** são as situações de contingência vivida pelos usuários e não a sua **PROVISÃO**.

No município de São Paulo, estes benefícios foram regulamentados através da Portaria 44/2009 de SMADS, contudo, o mesmo não aconteceu com a garantia de financiamento específico e permanente para a concessão destes, já que a Portaria não especifica a qual processo de despesa deva se subordinar a concessão dos BE's: sendo desta forma realizado pelo Regime de Adiantamento, geralmente no período de Fevereiro a Novembro do ano, desconsiderando a provisão **CERTA** para momentos **INCERTOS**.

Agrava-se a isto, a discordância com a própria Legislação Municipal (Lei 10513/88) e Federal (8666/93, 4320/64) que caracteriza a utilização do recurso do REGIME de ADIAMENTO somente para despesas que exigem PRONTO PAGAMENTO, o que não é o caso dos Benefícios Eventuais, visto que são **PERMANENTES E CONTINUOS**.

Somado a isto as implicações de ordem financeira, pois os valores disponibilizados para atendimento da **DEMANDA** dos territórios, em especial, aqueles mais vulneráveis, não corresponde à realidade do recurso financeiro disponibilizado.

É por isso que, reunidos nesta Pré- Conferencia, repudiamos a forma atual de financiamento dos benefícios eventuais no Município de São Paulo e exigimos o respeito aos princípios da legislação vigente, de modo a concretizar direitos declarados em lei, conquistados pela sociedade e dever do Poder Público.

ASSINATURAS: 82